

A EMERGÊNCIA DO ANTIGO DISCURSO GRAMATICAL E A QUESTÃO DA “CORREÇÃO LINGUÍSTICA” EM QUINTILIANO*

Marcos A. Pereira
DL/IEL/UNICAMP

“Quem fala não enuncia as regras que tornam o enunciado inteligível, entretanto, a gramática está presente em cada partícula do que dizemos.” D. Schüler (2000, p. 15 *et sq.*)

A LINGUAGEM COMO TEMA ANTIGO: GENERALIDADES

Foi decerto antiga a percepção, pelo homem, de que empregava sons articulados diferentes daqueles produzidos pelos animais no contato com outros homens, como antigas também são as disciplinas que tomaram a linguagem como “objeto de estudo”. Já em Homero (*ca. séc. V a.C.*), como lembra Neves (1987, p. 21), a linguagem figura como algo à parte. Dele, mas sobretudo, como é sabido, mesmo dos pré-socráticos até o advento

¹(*) Este ensaio representa, com várias modificações, o conteúdo do primeiro capítulo da tese inédita “O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões”, defendida em abril de 2003 junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da FFLCH/USP (cf. Pereira, 2002). Agradeço ao colega Paulo Vasconcellos a leitura e sugestões oferecidas em diferentes momentos, parte das quais foram seguidas. Equívocos restantes são de nossa inteira responsabilidade.

Não se trata, neste momento, de revisar toda a vasta bibliografia das reflexões sobre a linguagem na Antiguidade. Em linhas gerais, porém, o tema será tratado aqui.

daquilo que conhecemos como filosofia grega – mais precisamente, da lógica ou dialética, especialmente aristotélica e estoica –, derivam as primeiras considerações ou especulações sobre a linguagem e sua natureza. Não se esqueçam, igualmente, disciplinas antigas como a própria música e a poética, que de uma forma ou de outra tomavam a linguagem – ou, antes, se se preferir, a língua grega – como “objeto de análise”, nem aquelas que constituem mais de perto o tema deste trabalho: a gramática e a retórica¹.

Sejam elas, pois, denominadas ‘ciências’ (*scientiae/epistémai*) ou ‘técnicas’ (*artes/tékhnai*), as disciplinas antigas de que aqui nos ocupamos em especial têm, nos termos de Desbordes (1989, p. 180), uma história que se poderia qualificar no mínimo de “exuberante”: não bastassem os textos-fonte que as tematizam, mesmo a literatura secundária sobre esses textos é gigantesca e, de uma forma ou de outra, ditada pelos interesses do momento em que se dá voz ao seu longo “mutismo” (Desbordes, 1989, p. 150). De fato, sem pensar que mesmo entre os antigos, como lembra a pesquisadora citada (Desbordes, 1989, p. 165), houve quem considerasse que a linguagem, por ser apenas meio, veículo de comunicação entre os homens, por exemplo, não merecia uma ciência especial que a tematizasse, os modernos escolhem, do leque de disciplinas que a tinham por objeto, aquela que ainda hoje recebe o nome de *gramática*.

Ora, delimitar tais áreas do saber antigo já nos traz sérios problemas: traduções como as que lhes damos não fazem senão decalcar significantes – como se isso fosse garantia de que estamos dizendo a mesma coisa que os antigos. Se, por um lado, como assinalam Baratin & Desbordes (1981, p. 72), esses termos “não são traduções, mas etiquetas que se julga corresponder a um significante, grego ou latino, bem preciso”² – repousando “sobre a ideia

² As traduções, salva outra indicação, são de nossa autoria.

bastante curiosa de que salvar o significante de um termo antigo permitiria manter sua particularidade no nível do significado” –, por outro, também é bom lembrar que “recusar-se a traduzir é recusar-se a admitir que esses textos signifiquem algo”.

A própria polissemia do termo *lógos*, um dos quais, para os antigos gregos, serviram para referir-se à linguagem, explicaria em parte e a um só tempo tanto a confusão muitas vezes criada por nossas “traduções” quanto a pluralidade de concepções e disciplinas a ela associadas. Em certo passo da *Institutio oratoria* lembrado por Vasconcelos (2000, p. 150, n. 146), por exemplo, no qual Quintiliano expõe sua visão do que seria a natureza da disciplina da qual era mestre, o autor refere-se ao *Górgias* platônico para afirmar:

Perguntado sobre o que versa a arte da retórica, Górgias responde: sobre os discursos (*peri lógos*). A discussão de Quintiliano é motivada aqui [II, 21, 1] pela ampla gama de significados do termo *lógos*, que pode significar desde palavra, fala ou discurso até argumento, razão ou pensamento (...). Precisamente esta polissemia do termo *lógos* permitiu, na Grécia, uma pluralidade de concepções acerca daquela arte da qual os *lógoi* eram objeto (...).

Uma constatação, pois, se impõe àquele que se debruça sobre os textos que tematizam as disciplinas ligadas à palavra na Antiguidade, assim grega como romana: se, por um lado, pensamento e linguagem são inseparáveis, por outro, a eloquência – ou, antes, a retórica –, no âmbito da qual se produz uma reflexão sobre a linguagem que diríamos “pragmática”, tem uma preocupação profunda e já evidentemente *social*. Como assinala Chiappetta (1997, p. 26), para escândalo dos modernos, entre os antigos, “retórica e

ética – também *política*³, lembraríamos – não se separam”. Também Baratin & Desbordes (1981, p. 49) fazem relevá-lo, no que se refere, particularmente, ao trabalho dos autores latinos, quando afirmam que “o projeto de fazer progredir o domínio dos conhecimentos científicos, criando ou reorganizando noções, é secundário entre os latinos, mais preocupados com problemas éticos”. Afirmam os mesmos autores:

Não se podendo separar o pensamento e a palavra, a eloquência é a mais alta atividade intelectual, na medida em que, sendo a mais elaborada forma da palavra, ela é a mais elaborada forma do pensamento. A eloquência é, portanto, o “coroamento” da filosofia, da qual ela é indissociável, e não uma técnica de manejo da palavra que serviria a apresentar o pensamento de modo brilhante. E, como a virtude é a mais alta qualidade do espírito – portanto, do pensamento –, o homem eloquente é, *a priori*, um homem virtuoso. (Baratin & Desbordes, 1981, p. 51)

As consequências dessa equiparação, no contexto que motivou a criação das disciplinas ligadas à palavra na Antiguidade, constitui exatamente um dos pontos que discutiremos brevemente aqui.

A ESCRITA ALFABÉTICA E AS ANTIGAS DISCIPLINAS DA LINGUAGEM: BREVE CONSPECTO

Para entender a relação entre as diversas disciplinas que, de uma forma ou de outra, tematizavam a linguagem na Antiguidade – e o conjunto não é exatamente o que se poderia qualificar de pequeno: *gramática*, *retórica*,

³ Em seu tratado sobre a disciplina, por exemplo, ao falar da “harmonia adequada à tenra idade” no contexto da educação que aí defende, Aristóteles (1342b 30) afirma: “são três os princípios que determinam a educação: o termo médio, o possível e o conveniente”. Como veremos, os três conceitos citados comparecem na preceitística retórica para referir-se ao discurso. (Cf. Aristóteles, 1998, p. 592 *et sq.*)

dialética ou lógica, poética, música e mesmo a *ética* ou *política* o fizeram –, seria preciso levar em conta o processo de constituição da escrita alfabética e seu impacto sobre a mentalidade grega e romana.

A gramática, de fato, disciplina que nos interessa mais de perto e tamanha importância assume a partir da época helenística, não apenas esteve de início ligada simplesmente à consideração (*i.e.* ao ensino) da linguagem escrita, como lembram vários autores, mas nasceu, efetivamente, apenas após a criação ou invenção da escrita alfabética, que lhe possibilitou mesmo a constituição (cf. Auroux, 1992, p. 20 *et sq.* e Baratin, 1989, p. 201 *et sq.*). Respondendo a interesses práticos bem definidos – mais precisamente, de início, para o registro de trocas comerciais (cf. Desbordes, 1989, p. 155), mas também de celebrações ritualísticas e eventos históricos –, a escrita alfabética implicou, evidentemente, um primeiro nível de análise da língua (cf. Desbordes, 1989, p. 155 e Robins, 1951, p. 13, n. 1), conforme já demonstram os mais antigos alfabetos conhecidos, como sejam o grego, o etrusco e o latino⁴.

Não é demais lembrar, por outro lado, que mesmo que seu desenvolvimento, desde as mais primitivas representações pictóricas, passando pelos hieróglifos e ideogramas, tenha implicado um lapso de tempo consideravelmente longo, o fato é que, uma vez surgida, a escrita – alfabética, sobretudo, para o que nos interessa⁵ – alterou definitivamente

⁴ Talvez apenas aqueles que, ainda hoje, trabalham com línguas ágrafas tenham uma imagem, ainda que pálida, melhor que a nossa sobre o fato de que é preciso uma notável capacidade de abstração e análise para depreender, sem informação prévia sobre uma língua, os segmentos que compõem a cadeia sonora da fala, a fim de se poder cogitar uma correspondência mais ou menos biunívoca entre o sinal gráfico que constitui uma letra e o som vocal correspondente que ela representa.

⁵ Veja-se, a esse respeito, o que afirma Auroux, por exemplo: “Contrariamente ao que sugere a etimologia, a pictografia não é uma escrita, é simplesmente uma pintura de coisas. (...) a história mostra-nos incontestavelmente que nas civilizações em que houve aparecimento de um saber linguístico (...), este nasceu indubitavelmente *depois* de a escrita ter sido uma técnica

a história humana porque alterou, conforme postula Ong (1988)⁶, a própria organização do pensamento e mesmo a representação humana do mundo. Não é de estranhar, portanto, que ela tenha assumido um papel preponderante nessa história, que principiou vários milênios antes de nossa era, assim como não deveria causar espécie que muito do que sempre se disse a respeito da linguagem ou das línguas tenha partido de uma consideração da escrita – verdadeiro monumento, assim, quiçá o principal, da evolução humana – ou a tenha levado em conta de uma forma ou de outra. Talvez pareça menos óbvio lembrar que, mesmo tendo ela ainda tamanha importância para nós, homens do século XXI, a escrita teve um papel incomensuravelmente maior para os antigos: afinal, ela serviu, como se disse, do registro de trocas comerciais ao de eventos religiosos e históricos, bem como ao daqueles textos que, para os antigos, ditavam mesmo as formas de agir e ser grego e romano, como é o caso, por exemplo, das antigas épicas, mas também de tudo aquilo que nos acostumamos a rotular de “literatura” greco-latina.⁷

Como, no entanto, uma disciplina que, de início, servia tão somente à escrita – como atesta seu próprio nome (*gramática*, do gr. *gramma*, lat. *littera*) –, passou a ter mais e mais importância para o mundo antigo, é algo que também pode ser explicado por um conjunto de fatores de natureza a um só tempo histórica e cultural – social, em suma –, mas também, não se

bem dominada. Para a história dos conhecimentos linguísticos, o *limiar da escrita* parece, pois, fundamental” (cf. Auroux, 1998, p. 65 *et seq.* e 76).

⁶ Como afirma o comentador de Ong, que resume a tese desse autor: “o pensamento e a expressão nas culturas orais são altamente organizados, mas de forma desconhecida para as pessoas acostumadas à cultura escrita e, muitas vezes, incompatíveis com ela. Está claro, hoje, que a cultura escrita transforma a consciência ao produzir padrões de pensamento que parecem óbvios e “naturais”, mas que só se tornam possíveis quando a mente projeta e internaliza a tecnologia da escrita”.

⁷ Não se esqueça também, é evidente, a própria codificação das normas do Direito Romano e a importância de seu significado político diante do antigo direito, transmitido oralmente e frequentemente manipulado pelos patrícios em seu favor...

pode esquecer, linguística. Por um lado, sabe-se como as línguas naturais, faladas por grupos humanos mais ou menos extensos, estão, como esses mesmos grupos, sujeitas à variação e à mudança, seja no que diz respeito ao espaço geográfico e à própria constituição dos grupos de falantes que as utilizam normalmente como veículo de comunicação – sujeitas a dialeção também por conta de uma diferenciação por faixa etária, sexo e nível social, por exemplo –, seja no que diz respeito ao tempo: um e outro fatores combinados explicam, muito simplesmente, por que já não falamos latim, mas também por que já não usamos o português da mesma forma que Machado ou Camões, ou mesmo por que é necessário que haja uma instituição escolar que procure garantir o emprego de uma mesma forma de língua de norte a sul do país, para ficarmos com exemplos mais próximos. Para voltar a tratar de algo bem mais distante no tempo, por outro lado, é preciso lembrar o gigantesco empreendimento representado pelas conquistas de Alexandre – mas também, mais tarde, aquelas efetivadas pelos romanos –, que expandiu imensamente o império helênico, levando o grego para regiões muito afastadas de seu território original. Falado por populações não gregas – como ocorreu posteriormente com o latim –, é natural que o idioma de Homero, Platão e Aristóteles, já não uniforme, resultasse em formas consideradas estranhas – ou, antes, estrangeiras, “bárbaras” – para seus falantes “originais”, especialmente aqueles já então encarregados do estudo da escrita e do trato com o imenso conjunto de textos que, no século III a.C., haviam sobrevivido e constituíam o cabedal de conhecimentos ensinados nas incipientes “escolas” do mundo antigo, os quais sempre serviram, mais que de monumentos “literários”, de verdadeiros guias no que diz respeito ao que era ser grego e, depois, também romano, como já dito aqui.

Se, portanto, Alexandre provocou a unificação do mundo grego e ensinou, com isso, a busca de uma língua comum – a *koiné* –, também contribuiu para que se aprofundasse a visão das diferenças entre a nova língua e o idioma dos grandes autores do passado grego, tanto poetas quanto prosadores de modo geral. Embora fosse esta última, no entanto, que se tomaria a partir de então como modelo, a língua comum – que serviria mesmo, mais tarde, à expressão de uma nova religião, o Cristianismo – não depunha contra o fato de que se estava ainda diante de uma forma de língua grega: como já ocorrera antes com a variedade de dialetos atestada no mundo grego, a percepção de que a língua era diversificada mas uma fez somente reclamar um esforço de preservar uma sua forma tomada como referência. Como lembra Lyons (1979), mas também Casevitz & Charpin (1983, p. 51 *et sq.*), em que pese o anacronismo:

(...) a norma na gramática grega, nascida do sentimento de unidade da língua apesar de sua diversidade, e de uma certa consciência de sua regularidade, desenvolveu-se num esforço pedagógico de fixar a língua num certo estado de pureza e de permitir o estudo dos escritores da “belle époque”.

Gramática e *filologia*, assim, disciplinas e atividades que de início diferiam – a primeira identificada com o ensino da escrita, a segunda com a preservação dos textos antigos –, passam a caminhar juntas em benefício da primeira no momento em que o gramático, mais e mais capacitado a lidar com os textos e avaliá-los – na exata medida em que devia cuidar de sua leitura apropriada, mas também de sua exegese, correção e julgamento, para citar as etapas tradicionais de seu antigo trabalho (cf. Pereira, 2006, p. 64 *et sq.*) –, apropriou-se dessa forma de saber e jamais procurou renunciar a ela. Influenciada, segundo Baratin (1989, p. 224), pela dialética estoica, a

filologia alexandrina, progressivamente identificada com a gramática, migra de um viés etimológico – interessado em analisar a correspondência entre a palavra e o que ela representava, ou, como demonstra seu próprio nome, em revelar o “verdadeiro” sentido (na origem) das palavras, oculto por trás de sua forma (atual dada) –, para um outro, mais caracteristicamente gramatical, ao ocupar-se das partes do discurso, tendo antes passado pela consideração do texto. Nos termos de Coradini (1999, p. 28), em sua tese sobre o gramático latino Varrão: “Decaindo o interesse pela etimologia, emigrou-se, agora por influência dos eruditos alexandrinos, para o campo propriamente gramatical, sincrônico e analógico, sob a forma da crítica textual, da morfologia e da sintaxe do texto vigente.”

Embora em grau talvez diferente, portanto, também os latinos precisariam depois de assistência na leitura dos textos: sua língua, levada para regiões distantes de Roma, até mesmo aí mostrava sinais de que se estava alterando com o passar do tempo, dado o grande número de estrangeiros que, especialmente a partir do século I a.C., passaram a aportar em solo romano, como lembra Rawson (1985, p. 119)⁸, mas também Carcopino (1987). Com

⁸ A autora aponta, ainda, outras razões para o interesse romano pela gramática. Com certo modo enviesado de ver a história que procura descrever, afirma ela no passo citado: “A educação de toda criança romana, que fosse além de meramente aprender a ler, era baseada na *grammatica*, de modo que não é de surpreender que interesses e procedimentos “gramaticais” penetrassem cada área da atividade intelectual. Mas havia talvez três razões pelas quais o estudo da linguagem despertou aí tão grande interesse. A primeira foi que a linguagem era um tema bastante empolgante no mundo grego, onde grandes avanços se haviam feito e ainda faziam, e distintos estudiosos gregos trabalhavam em Roma, tais como Tiranião e (...) Filóxeno. A segunda é que os romanos, tradicionalistas, necessitavam de auxílio na compreensão de todo tipo de documentos antigos, e frequentemente o encontravam na etimologia e na derivação, enquanto o hábito grego de colecionar glosas também foi, obviamente, útil. A terceira é que o latim ainda não estava à altura de todas as novas tarefas a ele impostas, e estava, além disso, mudando rapidamente; surgiram debates sobre a maneira correta de escrevê-lo e pronunciar-lo, e como protegê-lo de influências rústicas ou estrangeiras, causadas pelo enorme influxo de novos habitantes na cidade, alguns dos quais falavam variedades não-metropolitanas de latim e outras línguas estrangeiras, mais comumente o grego.” Cf. ainda Benedicto (2013) sobre a dialeção do latim no período.

isso, repete-se para os romanos o que já ocorrera com os gregos dois séculos antes, como lembra Baratin (1989, p. 201 *et sq.*): manuscritos de um mesmo texto tinham versões diferentes e reclamavam explicação e análise. Estava, com isso, criado o ambiente propício para o desenvolvimento da disciplina gramatical, como tradicionalmente a entendemos, e que agora procuraremos explicitar em maior detalhe, mas de modo ainda abreviado.

AS ANTIGAS DISCIPLINAS DA PALAVRA: RELAÇÕES E SEPARAÇÃO DOS RESPECTIVOS DOMÍNIOS

A correlação entre as disciplinas ligadas direta ou indiretamente à palavra na Antiguidade reflete uma história complexa e com diversos meandros, autores, épocas, lugares, interesses e desdobramentos que são difíceis de aquilatar de modo sucinto em sua totalidade. Longe disso, pretendemos apenas sinalizar alguns pontos que nos parecem interessar, ainda que a voos de pássaro e de modo não muito linear, a um trabalho de análise da constituição daquelas disciplinas. Tal correlação, de qualquer modo, embora talvez não nos pareça imediatamente óbvia, é certa, como apontam vários autores modernos, nos quais nos basearemos aqui. Vasconcelos (2000, p. 132), por exemplo, chama atenção para o fato:

Aristóteles “afirma que a retórica é paralela da dialética e da ética, esta última podendo ser chamada também de política. A correlação com a dialética explica-se pelo fato de ambas não terem objeto específico e serem apenas “faculdades de subministrar razões” (...). A correlação com a ética se dá pelo fato de a retórica também estudar os caracteres e as paixões dos ouvintes (...), assunto próprio da ética.

Desbordes (1989, p. 182), por sua vez, considera como a dialética, no contexto da antiga oratória, “como ciência do raciocínio, não é senão uma auxiliar da retórica, que deve também controlar as formas abstratas dos conteúdos do pensamento”. De modo semelhante, Baratin & Desbordes (1981, p. 52), falando sobre Cícero, afirmam:

A concepção ciceroniana implica um certo modo de considerar as relações da gramática, da dialética e da retórica. A gramática aparece como uma disciplina subalterna: ela define o correto manejo da língua, mas não é fundamental senão porque é elementar. (...) a gramática permite que se tenha um conhecimento elementar da língua e de sua organização específica, a dialética permite estabelecer uma argumentação sobre bases seguras, mas apenas a retórica dá acesso a essa realização efetiva de um pensamento elaborado que é a eloquência.

Noutro lugar, o mesmo Baratin (1989, p. 218) lembra como para Cícero a dialética estoica, aquela conhecida em particular pelos romanos, embora útil ao seu orador, constituiria também uma disciplina “menor”:

(...) Cícero a coloca em lugar secundário, considerando que ela não tem utilidade senão quando pode auxiliar o orador a encontrar e organizar os argumentos dos quais tem necessidade quando deve provar algo. (...) É (...) a dialética estoica que os romanos conheceram primeiro. Tal era a inspiração do primeiro tratado latino a ter abordado o assunto, o *Commentarium de proloquiis*, composto por Élio Estilão, em seguimento à sua estada em Rodes de 100 a 98, e hoje desaparecido.⁹

⁹ Mas o ancestral dos tratados de gramática, na tradição ocidental, segundo Baratin (1989, p. 197), seria o *Tékhnē peri phonês*, “Tratado do som vocal”, do estoico Diógenes de Babilônia.

Desbordes (1989, p. 151 *et sq.*) também lembra, de maneira otimista, como a dialética, que normalmente qualificamos de lógica estoica, quis ser uma espécie de teoria geral da linguagem, também objeto de outras disciplinas:

Parece (...) que se renuncia pouco a pouco a medir os saberes antigos a partir das ciências modernas, e que se esforça por levar em conta, tanto quanto possível, as visões antigas em matéria de divisão das ciências. Ainda que haja na Antiguidade tentativas totalizadoras que visam constituir uma ciência global da linguagem (é o caso, espetacular, da “lógica” dos estoicos), reconhece-se aí, geralmente, que a linguagem é matéria comum de muitas ciências ou disciplinas. Três dessas disciplinas, em particular, terminarão por dividir quase todo o domínio: a *dialética*, que trata dos enunciados em sua relação com os objetos que se pensa representar, e que deseja permitir distinguir o verdadeiro do falso; a *retórica*, que estuda os meios de persuasão pela palavra e visa, portanto, nos enunciados, os efeitos que são suscetíveis de se produzir sobre os ouvintes; a *gramática*, que é a ciência dos enunciados “neles mesmos”, se se pode dizer, a uma só vez conhecimento dos conteúdos e análise dos elementos de expressão. Essas três disciplinas, que formarão o *trivium* dos medievais, não caíram do céu de todo prontas, evidentemente, mas se constituíram progressivamente a partir do fim do século V a.C. (em suma, na época dos sofistas), para encontrar seu ponto de equilíbrio e de delimitações recíprocas próximo do século I a.C.

Baratin (1989, p. 186 *et sq.*), por sua vez, que aqui citamos *in extenso*, especifica em detalhe o trabalho da dialética frente à gramática, dela derivada:

A exegese contemporânea admite que a constituição, o desenvolvimento e os caracteres de um domínio *gramatical* na Antiguidade clássica estão intimamente ligados à existência do domínio preexistente da *dialética* – notadamente a partir do antigo Estoicismo. Esta questão constitui um dos pontos cruciais da história da análise linguística na Antiguidade. (...) A dialética aristotélica consiste (...) em elaborar argumentos a partir de não importa qual premissa. (...) A coerência e a unidade dessa progressão não são apresentadas explicitamente na obra mesma de Aristóteles. Não é senão secundária e progressivamente que um efeito de unidade foi obtido, sob a forma de *Organon*. Considera-se que essa reunião de textos distintos responde a um plano sistemático, que se desenvolve do simples ao complexo em função de uma escala de objetos lógicos: conceito, juízo, raciocínio (...) – o instrumento privilegiado do raciocínio, o silogismo, sendo então descrito em sua natureza essencial (...), depois em suas diversas especificações (...). Reteremos aqui alguns aspectos onde aparece, da maneira mais evidente, que a teoria dialética é um modo específico de análise da linguagem. A este respeito, o ponto central é a análise da predicação. O *kategórema* (predicado) é, etimologicamente, o que é “dito a propósito de”. Ele faz par mais frequentemente com o *hupokeímenon* ou sujeito, literalmente “o que é colocado na base” na relação predicativa. Todavia, em certas passagens, o predicado é dito de uma “coisa” (*prágma*): a estrutura do predicado é sempre (e evidentemente) visada numa perspectiva intra-linguística, mas a relação do predicado com, digamos, seu ponto de referência, é variável (e nem sempre clara). O que se chama de “sujeito” em Aristóteles é, portanto, sem maior precisão, aquilo a propósito do qual o predicado é enunciado. Na sua *Topica*, Aristóteles analisa as relações entre sujeito e predicado de modo a cercar e definir as quatro noções de base que formam a grade deste repertório de lugares, e que são conhecidos sob o nome de predicáveis: em relação ao sujeito,

o predicado é a expressão de um acidente, de um gênero, de uma propriedade ou de uma definição. Esta análise se precisa e se completa nas *Categorias*, por meio de uma apresentação das leis que regem a predicação “no absoluto”, poder-se-ia dizer (...). O propósito de Aristóteles é então, com efeito, determinar os principais tipos de significações nas quais se repartem os predicados. O passo seguido consiste em definir que todo termo significando uma coisa, significa ou bem um ser (uma essência: homem, cavalo), ou bem um modo de ser (um acidente); estes modos de ser podem eles próprios significar “a quantidade, a qualidade, a relação, o lugar, o tempo, a situação absoluta, a situação relativa, o ato efetuado, o ato sofrido”. (...) O que faz a dificuldade desta análise é que ela se desdobra numa reflexão sobre a relação entre as coisas e sua denominação.

Em Vasconcelos (2000, p. 141, n. 124; p. 148, n. 138), encontramos um paralelo entre as concepções aristotélica e estoica de dialética, bem como uma delimitação dos domínios desta e da retórica:

(...) é Aristóteles quem estabelece uma correlação entre dialética e retórica. Segundo ele, a semelhança genérica entre as duas assenta-se no fato de ambas serem “faculdades de apresentar razões” que não se limitam a nenhum objeto particular (...). A diferença específica entre uma e outra, segundo Aristóteles, é que a dialética opera com o silogismo e a indução e a retórica com o entimema, ou silogismo aparente, e o exemplo (...). Os estoicos viram na dialética e na retórica as duas disciplinas filosóficas que compunham a ciência do discurso racional, isto é, a lógica (...), constituindo-as, pois, como duas espécies do mesmo saber.

A dialética e a retórica foram consideradas virtudes pelos estoicos: a primeira sendo “a ciência de disputar retamente por meio de perguntas e respostas”, e a retórica sendo “a ciência de falar bem num discurso expositivo”. Daí a respectiva denominação de discurso entrecortado e discurso ininterrupto.

Falando sobre a dialética estoica e comparando-a à aristotélica, Baratin (1989, p. 192 *et sq.*) dirá:

Sobre dois pontos essenciais, ela (a dialética estoica) representa o exato contraponto daquela de Aristóteles: a relação entre dialética e filosofia, e a unidade da teoria dialética. Estas duas diferenças são tão importantes que é em função da dialética estoica que se considera ter-se constituído a gramática sistemática. (...) A teoria estoica da dialética se dirige, (...) sucessivamente: ao *significante* (“semaínon”, particípio presente ativo substantivado do verbo *semainein*, “significar”) e ao *significado* (*semainómenon*, particípio presente passivo do mesmo verbo). Tais são as duas seções principais da teoria dialética. O campo foi, portanto, maciçamente estendido: sob o nome de dialética, os estoicos pretendem descrever o conjunto de instrumentos e de mecanismos que organizam a linguagem e que regem suas relações com o mundo descrito, *i.e.* o conjunto dos instrumentos e as regras que permitem falar com exatidão da realidade. (...) O *significante* é recortado segundo três realizações possíveis: *phoné*, *léxis*, *lógos*. A primeira, *phoné* ou “voz”, não é *a priori* nem articulada nem portadora de significação, e compreende, portanto, a voz animal e a voz humana: é simplesmente o *som vocal*. A segunda, *léxis*, é caracterizada pelo fato de ser articulada e, portanto, suscetível de apresentação sob forma escrita, mas não é *a priori* portadora de significação: é o *som vocal articulado*. Enfim, *lógos* é duplamente caracterizado pelo fato de ser articulado e

portador de significação: é o significante enquanto *enunciado*. (...) Assim, segundo o ponto de vista, os estoicos falam de conteúdo de pensamento (*prâgma*), quando este é considerado independentemente de sua incorporação num significante, de enunciável (*lékton*), enquanto esse conteúdo de pensamento é o conteúdo virtual do enunciado, de significado, enfim (*semainómenon*), quando o conteúdo de pensamento se realiza no enunciado, *i.e.* quando ele é incorporado num significante. A análise se concentra sobre o enunciado: é unicamente em seu nível que se realiza a junção do significante e do significado. (...) É em função dessa concepção totalitária da dialética estoica que se fez ideia de uma origem estoica da descrição gramatical sob sua forma sistemática: a descrição gramatical seria uma porção, isolada e tornada autônoma, da dialética estoica.

Aquilo a que comumente denominamos lógica *i.e.* dialética estoica se especializa, assim, na investigação do enunciado e dos níveis maiores, não menores, que ele. Ou, nos termos de Baratin (1989, p. 223): “A evolução da dialética estoica é, portanto dupla: limitação da análise unicamente ao significado, mas extensão dessa análise do significado para além do quadro do enunciado”. Daí, como aponta o autor, a notável diferença entre a gramática, que se reservou a análise da palavra, e a dialética:

(...) É de observar, com efeito, que as noções de sujeito e predicado, que aparecem em Aristóteles e se mantêm a seguir no domínio dialético, não sejam absolutamente utilizadas pelos gramáticos, incluindo-se aí aqueles que se fixam o objetivo de descrever a sintaxe. É que essas noções relevam da dialética, não da gramática. (cf. Baratin, 1989, p. 230).

Desbordes (1989, p. 170) assim aponta a tradicional diferença entre retórica e dialética: “A dialética trata de proposições gerais, e a retórica de

proposições particulares, o que se especificará mais tarde em uma oposição entre a *tese* e a *hipótese*". Nesses termos, a autora parece estar de acordo com Mates (1985, p. 13), que afirma distinguir-se a lógica estoica da aristotélica por ser a primeira uma lógica 'de proposições', enquanto a segunda o seria 'de classes'. Baratin (1989, p. 191) completa a definição dada por Desbordes: "A dialética tem por objeto específico os enunciados verdadeiros ou falsos. A retórica e a poética têm por encargo os demais enunciados, *i.e.* os enunciados não assertivos".

O mesmo Baratin (1989, p. 218), ainda, assinala um fato interessante:

É o produto desse conjunto compósito (certamente, com muitas variantes diferentes, segundo as épocas e os autores) que leva o nome de dialética em Marciano Capela (no século V) ou Cassiodoro (no século VI) e que, recebida sob esta forma pela Idade Média, representa a base da lógica clássica, ou lógica formal, *i.e.* o conjunto de princípios e de regras de dedução que governa o raciocínio científico.

De maior interesse ainda, segundo o mesmo autor (cf. Baratin, 1989, pp. 218, 222 *et sq.*), em seu ensaio sobre a antiga dialética:

Por comparação com os outros tratados de dialética, este texto [= o *De dialectica* de Agostinho] é aquele que mais se aproxima das concepções do antigo Estoicismo, e que, corolariamente, apresenta menos convergências com a dialética aristotélica. Agostinho, como tudo parece indicar, inspirou-se num tratado de dialética de Varrão: à época deste último, a dialética dominante era a dialética estoica.

De fato, em seu trabalho sobre o mais conhecido dos gramáticos latinos, Coradini (1999, p. 113) supõe que "(...) os livros da segunda metade

da obra [*De lingua Latina*, de Varrão] devessem tratar de uma pseudo-sintaxe à maneira estoica, ou, pelo menos, de uma lógica formal da linguagem, dada ainda a preponderância do campo da dialética sobre o da gramática, ciência nova”. Segundo o autor (Coradini, 1999, p. 128, n. 180), ademais, Varrão, que seria “o primeiro gramático latino ‘profissional’ de que se tem notícia”, teria sido “o primeiro a utilizar a terminologia gramatical latina, que, aliás, procurou manter reduzida ao mínimo”. E completa: “Por se tratar de uma fase em que Varrão, entre outros, buscava a consolidação da gramática, cumpre não esperar do erudito reatino a (relativa) precisão terminológica gramatical de hoje, resultante de séculos de reflexão”. De qualquer modo, é preciso reconhecer, com Coradini (1999, p. 137): “Quase sem parâmetros pré-existentes, sem convenção ou consenso romano a respeito da nomenclatura gramatical latina, Varrão erigiu de forma pioneira seu *opus magnum* gramatical, o *De lingua Latina*”.

Mas é a abordagem gramatical de outro autor latino, muito posterior a Varrão, que Baratin (1989, p. 198) considera mais próxima daquela levada a efeito pelo antigo Estoicismo: Donato, autor do século IV de nossa era que, juntamente com Prisciano (séc. VI), constituem os importantes pilares em que assenta a tradição gramatical do Ocidente.

Tendo, pois, tomado o significado como objeto de análise, estendendo-o mesmo para além do quadro do enunciado, como assinala Baratin, a dialética estoica contém como orientações principais aquelas que encontramos em Agostinho. Falando da educação da criança, este último afirma:

“Que ela comece por aprender o sentido das palavras, sua natureza, suas diferentes categorias, seja de palavras simples ou compostas, depois os diferentes tipos de enunciados, permitindo o método julgar o verdadeiro e o falso, a conclusão resultante de cada ponto; o que é coerente e o que é contraditório; a

maneira de analisar e explicar as ambiguidades que abundam na linguagem”. (cf. Baratin, 1989, p. 223)

Mas é no conceito de *signo* de Agostinho que ficaria patente a repartição das funções daquela disciplina e da gramática. Citando-o, afirma Baratin (1989, p. 226):

“(…) a palavra é, para cada coisa, um signo que, enunciado pelo locutor, pode ser compreendido pelo ouvinte”. O signo é, ele mesmo, definido nesta mesma passagem como sendo “aquilo que, apresentando-se como tal à percepção sensível, apresenta também algo à percepção intelectual” (...). Esta concepção do signo é o último efeito de uma tendência da dialética a se especializar como estudo do *sentido*, isolando-se a gramática no estudo das *formas* [da língua].

Quanto à terceira das mais conhecidas disciplinas ligadas à palavra na Antiguidade, a retórica, poderíamos resumir seu percurso, num primeiro momento, lembrando o que afirma Chiappetta (1997, p. 413):

A Retórica formulou-se, inicialmente, como técnica de elaboração do discurso judiciário. Com o tempo, sua formalização foi englobando outros tipos de discurso e, no período helenístico, passou a abranger toda forma de discurso ordenado. Passou a discutir como produzi-los e, a partir disso, como recebê-los, ouvindo ou lendo. Portanto, a oposição entre oral e escrito talvez não seja a mais adequada para distinguir o discurso retórico do não retórico. Em Latim, a distinção importante parece ser a existente entre a ação de *loqui* e a de *dicere*, a *ratio dicendi* englobando o método de qualquer discurso ordenado.

Colson (1924, p. xxx), por sua vez, na edição por ele feita do primeiro livro da *Institutio oratoria*, apresenta-nos a seguinte distinção entre aquela

disciplina e a gramática:

(...) a 'Encyclopaedia' [nome que recobre o conjunto dos saberes antigos no que diz respeito a sua pedagogia], como um todo, não era um sistema educacional, mas apenas a soma das coisas que se esperava que um homem educado conhecesse. Pode-se acrescentar (...) que suas partes mais importantes, 'grammatice' e 'rhetorice', não se encontravam originalmente na relação que encontramos na época de Quintiliano. 'Grammatice' era, originalmente, um estudo de literatura, e seu objetivo era preservar o conhecimento e a compreensão dos escritores gregos clássicos; a retórica era a arte de usar a linguagem de modo eficiente. Sentiu-se, porém, desde o início, que certo conhecimento da natureza das palavras que compõem um livro era necessário para a compreensão do livro. Ademais, como a língua grega decaiu ou pareceu decair segundo o padrão dos clássicos, ganhou terreno a ideia de que uma das funções da 'grammatice' era preservar as leis da fala correta. A combinação dessas duas ideias pouco a pouco transformou a antiga visão da 'grammatice', até que, por fim, o que chamamos 'gramática' acabou englobando a literatura. Enquanto, originalmente, a gramática havia sido mero auxiliar na compreensão das obras, por fim os livros se tornaram pouco mais que o depósito ao qual o gramático se dirigia para seus fatos. No tempo de Quintiliano, encontramos esse processo a meio caminho: 'grammatice' se divide em 'recte loquendi scientia' e 'enarratio poetarum'. Essas duas se mantêm bem distintas, e a balança se mantém suficientemente em equilíbrio. Mas o fato de a 'ars recte loquendi' ter se elevado para constituir metade do campo de estudo inteiro já produziu algumas consequências importantes. Ela mudou a relação da 'grammatice' com a retórica. Enquanto, originalmente, as duas eram estudadas concorrentemente, a visão de que a primeira propiciava a 'ars recte loquendi', a última a 'ars bene dicendi', fez da primeira um estudo preliminar, e da outra um

estudo secundário. Os meninos eram enviados ao 'grammaticus' primeiro e para o 'rhetor' mais tarde, e, na época de Quintiliano, se não antes, o 'grammaticus' é um profissional inferior, menos bem pago e de *status* social mais baixo. E a essa subordinação da 'grammaticae' à retórica podemos talvez fazer remontar um dos fatos mais importantes na educação romana. 'Grammaticae' tinha originalmente incluído em seu campo tanto a prosa quanto a poesia. Ela havia sido o estudo dos *poietai kai sungrapheis* [= poetas e prosadores]. Mas se a escola gramatical era apenas preliminar à de retórica, onde a prosa necessariamente era estudada em especial, seguiu-se que o 'grammaticus' faria bem em restringir-se aos poetas. De qualquer forma, essa parece ter sido a prática geral, se não universal, nas escolas romanas.

Mas Baratin & Desbordes (1981, p. 56 *et sq.*), focalizando em especial o pensamento "linguístico" antigo, lembram como a gramática está, na verdade, na base dos conhecimentos da Antiguidade, dos sofistas a Isidoro:

A gramática se apresenta até o fim da Antiguidade sob os dois aspectos fundamentais que ela tem a partir do período alexandrino: o ensino gramatical propriamente dito e a descrição da língua como sistema. Ela é geralmente definida pelos gramáticos latinos como "ciência da interpretação dos textos e sistema metódico da correção ortográfica e linguística". Como ensinamento, a gramática conserva seus traços originais: leitura expressiva e escrita, explicação das palavras, interpretação dos textos etc., o que dá lugar, desde a época republicana, a numerosas monografias e comentários de textos. Todavia, contrariamente à perspectiva ciceroniana, esse aspecto da gramática aparece rapidamente como sendo a uma só vez a origem e o fundamento não apenas da educação mas da cultura, o que seu lugar inicial na ordem das disciplinas não basta para explicar. Esse estatuto se prende à ideia de que quem sabe

explicar as palavras sabe explicar o mundo: a gramática torna-se, assim, um ensino privilegiado e universal de conhecimentos, pois ela não é apenas um ensino de base, elementar, mas também, pelo viés da etimologia, o fundamento de todos os outros conhecimentos. Toda forma de erudição, a partir dessa época, passa necessariamente pela gramática assim entendida e torna-se uma espécie de saber comum a todos os saberes. Nessa perspectiva, a gramática é a concentração de todas essas pequenas curiosidades que a língua contém e das quais um espírito imaginativo pode tirar toda sorte de conclusões sobre toda sorte de coisas. Essa tradição é muito antiga – não há nada de verdadeiramente mais antigo –, e é nesse quadro, sem dúvida, que se situavam as reflexões dos sofistas gregos sobre este ou aquele aspecto particular da língua grega. Essa tradição desembocará, no extremo fim da latinidade, à suma enciclopédica de Isidoro de Sevilha: as *Origens*.

Também Vasconcelos (2000, p. 13) lembra como o modo de apropriação do saber propiciado pelo ensino dos sofistas implicava o estudo da gramática:

O treinamento e o ensino sofísticos consistiam não no aprendizado de conteúdos especializados, mas sim numa melhora, através de exercícios repetidos, de disposições preexistentes. Seu saber não deve ser entendido segundo uma concepção platônica. Não se trata de uma fundamentação do que se sabe, mas de uma recepção essencialmente conservadora de padrões aprendidos por exercitação, as eventuais modificações devendo ser introduzidas sempre sobre esta base. Note-se que o modelo de apropriação deste saber era, para os sofistas, o aprendizado da língua materna.

Como reconhece alhures, porém, o próprio Baratin (1989, p. 186), afirmando algo sobre o qual vimos insistindo aqui, “é correntemente admitido

pela exegese contemporânea [que] (...) a constituição, o desenvolvimento e as características de um domínio *gramatical* na Antiguidade clássica estão intimamente ligados à existência do domínio preexistente da *dialética* – notadamente, a partir do antigo Estoicismo”. E conclui: “Essa questão constitui um dos pontos cruciais da história da análise linguística na Antiguidade”.

Ora, também é possível encontrar, como vimos, uma reflexão sobre as propriedades da língua (ou da linguagem) noutros domínios, cada um dos quais a reivindica para si como objeto de estudo. É o que lembra, por exemplo, Desbordes (1989, p. 160 *et seq.*), quando afirma:

Nota-se (...) que, pouco antes do tempo de Platão, aparece uma disciplina autônoma, a *tékhne grammatiké* (ciência das letras), mas que Arquitas, um pitagórico contemporâneo e amigo de Platão, sustentava que a *grammatiké* não era senão uma parte da *mousiké*. A *grammatiké* é o aprendizado elementar da leitura e da escrita. A *mousiké* tinha esse aprendizado a seu encargo, talvez a título de terceiro termo da tríade musical, o “falado”, (...) o texto separado do ritmo e da melodia. A emancipação da *grammatiké* deve corresponder a uma extensão do ensino elementar, mas também a uma nova consideração do texto. Não é preciso, absolutamente, imaginar um mundo grego inteiramente alfabetizado desde a invenção do alfabeto. Ao contrário, a escrita, talvez criada simplesmente para instrumento do comércio, foi durante muito tempo utilizada sobretudo como uma espécie de *aide-mémoire*, na transcrição de enunciados já existentes e conhecidos daqueles que os empregavam. No século V a.C., seu emprego se difunde um pouco e ela começa a servir à composição e à conservação de textos em prosa (...). A alfabetização faz nascer a instituição escolar no século V, mas não se torna verdadeiramente geral senão no século IV. A aparição da *grammatiké* na virada dos séculos V e IV deve ser uma consequência dessa evolução: decifram-se, a partir daí, os

textos desconhecidos, em vez de se contentar com “reconhecer” um texto que se sabe já de cor (é o sentido etimológico de *anagnórskein*, “ler” [...]); dissociam-se os textos poéticos de sua melodia e leem-se textos em prosa sem se deixar levar por seu ritmo, apenas para conhecer-lhes o sentido. Em suma, o mestre-escola, o *grammatistés* que ensina a ler nessas condições, pode ter algum papel na tematização do esquema letra-sílaba-palavra-enunciado... É, em todo caso, um esquema que articulará toda a gramática, tornada ciência da língua, até o final da Antiguidade, com consequências importantes: assimilação da produção dos enunciados à leitura e visão da língua como jogo de construção a partir de elementos predeterminados.

Progressivamente, como exigência da posteridade, que reclamou a separação das antigas disciplinas ligadas à palavra, estas foram se fechando e evoluindo separadamente em seus respectivos domínios. Como afirma Baratin (1989, p. 228):

O desenvolvimento da gramática e da dialética como domínios autônomos teve por consequência o estabelecimento, entre essas disciplinas, de fronteiras mais e mais estanques. Longe de se beneficiar cada uma dessas disciplinas das abordagens de outra, elas, ao contrário, como que se entrincheiraram nos cercados de sua especialidade.

NATUREZA DA GRAMÁTICA ANTIGA: O ENSINO GRAMATICAL E A QUESTÃO DA CORREÇÃO

Que a gramática apenas surge num momento em que, tendo sido inventada a escrita, fica propiciada aos antigos, mais do que nunca, a atividade metalinguística, é fato que já conhecemos. Para entender a forma

tomada pela disciplina entre os antigos, entretanto, é preciso focalizar um outro tipo de atividade, indissociavelmente ligada à escrita: o seu ensino, envolvido e confundido com o ensino das línguas.

De fato, como há mais de cem anos lembrava Colson (1914, p. 36), “a verdade é que a história da gramática foi de algum modo influenciada por considerações pedagógicas – isto é, por considerações do que é, para o professor, fácil ou conveniente ensinar – mais do que pela ordem natural e pelo real valor das coisas estudadas”. Noutros termos, ensinar a escrever é ensinar a refletir sobre a língua, e esse ensino, partindo do antigo pressuposto de que fala e escrita são apenas duas faces da mesma moeda – como demonstra, entre outros, o próprio Aristóteles, para quem a escrita era a representação da fala, assim como esta o era do pensamento¹⁰ –, mais e mais se encaminhou para a questão da *correção*. Não apenas a escrita é o registro da multifacetada atividade da fala, mas deve ser fidedigno espelho daquilo que, na visão antiga, representa uma língua.

Ainda que, segundo Baratin & Desbordes (1981, p. 56 *et sq.*), “se apresente a gramática, até o final da Antiguidade, sob os dois aspectos fundamentais que ela tem a partir do período alexandrino: o ensino gramatical propriamente dito e a descrição da língua como sistema”, a ponto de ser “definida pelos gramáticos latinos como ‘ciência da interpretação dos textos e sistema metódico da correção ortográfica e linguística’”, ela é, fundamentalmente, uma *disciplina*, presa à atividade de ensino da escrita. De fato, como lembra noutra parte um daqueles autores (cf. Baratin, 1989, p. 203 *et sq.*), analisando o conjunto de textos antigos que tematizam a gramática, os estoicos forneceram mesmo as categorias necessárias para atender à *correção*:

¹⁰ De fato, em seu *Da interpretação*, afirma Aristóteles: “A fala é a representação das experiências da mente e a escrita é a representação da fala” (cf. Robins, 1983, p.15).

Ressalta desses textos que a gramática tem por objeto a sistematização dos problemas de correção. Para poder tratá-los de modo aceitável, a gramática deve proceder a uma análise da língua que realce os elementos que a constituem e suas variações. Donde, como plano, uma primeira parte sobre os elementos (letras, sílabas, categorias de palavras) e uma segunda sobre a correção, *i.e.* sobre os critérios que permitem estabelecê-la e, corolariamente, sobre os problemas dos quais pode fazer objeto, isto é, as faltas. Eis qual era a estrutura dessa descrição gramatical técnica em sua origem. Sem dúvida, os elementos dessa descrição, em seus detalhes, não nasceram do nada: cada um procedia, com toda certeza, das experiências da gramática alexandrina, e amiúde, além disso, das definições teóricas apresentadas pelos estoicos no quadro de sua dialética. Não se deve nem desprezar nem supervalorizar essa abordagem. Simplesmente, não se pode julgá-la senão detalhe por detalhe, e não sobre um conjunto ou sobre um princípio, uma vez que os gramáticos não se deixaram impressionar pela estrutura de conjunto da descrição estoica e por sua coerência própria. Eles incontestavelmente emprestaram aos estoicos definições, categorias, concepções, mas adaptaram-nas às exigências específicas de sua própria descrição.

Ora, vários autores, tanto latinos como gregos, trataram da correção antes de Quintiliano, como lembra noutro passo – o que nos parece de suma importância – ainda o mesmo Baratin (1989, p. 212 *et sq.*) quando afirma que tais “estudos da correção são atestados desde o primeiro século antes de nossa era. Entre os textos latinos, citemos de início o capítulo de Quintiliano sobre a *latinitas* (I, 6). Antes dele, sob Augusto, Pansa e, sem dúvida, o autor de um *De latinitate* e, mais seguramente, Caper (à época de Adriano)”. Ainda que nesses diferentes tratados se focalizem temas que ainda hoje nos são caros – falando-se, por exemplo, daquele nível de análise

por nós denominado *morfologia* –, desde os mais antigos, o tema principal é a *ortografia*. “Em suma”, segundo Baratin, “o estudo da correção teria sido o motor dos tratados que se desenvolveram no interior do domínio gramatical, às margens da descrição do tipo *tékhnē–ars*”¹¹. Prosseguindo:

Um tal desenvolvimento desse domínio de estudos conduz a interrogar-se precisamente sobre os limites entre as *tékhnai–artes* e os tratados sobre o *hellenismós–latinitas*. E. Siebenborn (...) sublinha os pontos de contato desses dois tipos de tratados. Por exemplo, certos princípios de ortografia reúnem as análises dos “elementos” que figuram no início das *tékhnai*. De modo inverso, o autor pensa que o tratamento do solecismo e do barbarismo na *ars* latina deve ser imputado a uma inclusão, nela, de elementos que resultam dos estudos do *hellenismós–latinitas*. Sobretudo, ele sugere que a diferença entre esses dois tipos de tratados era qualitativa: as *tékhnai* teriam sido mais descritivas, enquanto os tratados *peri hellenismoû*, essencialmente orientados pela correção, teriam sido mais normativos. Essa última interpretação é menos convincente. A análise do *hellenismós* é, em sua origem, uma parte do *tekhnikón*, isto é, da descrição da língua como sistema: é a apresentação dos critérios da correção no quadro global da descrição dos elementos linguísticos sistematizáveis. É a primeira diferença entre as *tékhnai* e os tratados *peri hellenismoû*: estes, de início, não são senão o desenvolvimento de uma seção das *tékhnai*. Se há uma diferença qualitativa, ela é a consequência dessa diferença original. À medida que os tratados sobre o *hellenismós* não diziam respeito, com efeito, senão a um aspecto do domínio das *tékhnai*, a análise que se desenvolve aí tinha toda chance de aparecer como um aprofundamento em relação às análises correspondentes das *tékhnai*. (...) Assim, em seu princípio mesmo, esses tratados

¹¹ Ou seja, da gramática entendida como “descrição” das unidades que compõem o “sistema” da língua, para falar em termos modernos, e não como exegese dos textos.

sobre o *hellenismós* repousavam sobre o aprofundamento e a discussão de um ponto qualquer (ortografia, métrica, morfologia, sintaxe...) a partir da noção de correção. Não há, portanto, lugar para crer na oposição entre as *tékhnai* mais descritivas e os tratados sobre o *hellenismós* mais normativos. Os tratados sobre o *hellenismós* representavam, mais seguramente, o lugar onde, ao lado da descrição sistemática e global das *tékhnai*, podiam se desenvolver reflexões mais variadas, eventualmente mais detalhadas e menos submissas aos imperativos de um plano determinado. É notável que os tratados *peri hellenismou* se tenham desenvolvido ao longo do primeiro século, *i.e.* imediatamente depois da fixação dos princípios e dos eixos de análise da *tékhne*. A *tékhne* apareceu nesse momento como sendo destinada a constituir, no fim, o quadro escolar da exposição gramatical. Por oposição, os estudos do *hellenismós* representavam o quadro de análise onde se podiam desenvolver pesquisas mais precisas e mais livres.

Como assinala Colson (1914, p. 35), “a ideia de *hellenismós* [‘helenismo’] é tão antiga quanto Aristóteles, e a visão de que se trata da primeira *areté* [*virtus*, ‘virtude’, ‘qualidade’] do discurso aparece no relato do sistema estoico dado por Diógenes Laércio”. Ora, o correspondente latino do conceito de *hellenismós* – o que tornaria a língua de um texto grego, por assim dizer, representativa daquilo mesmo que é ser grego –, *latinitas* – nos termos de Coradini (1999, p. 73), “o nível ideal de uso da língua (...) eficiente, correto e elegante” –, responde também, é evidente, por uma preocupação com a correção gramatical e aparece formulado, com pequenas alterações, justamente ao lado de um conjunto de outras qualidades ou virtudes do discurso: *clareza* (ou ‘claridade’), *concisão* (ou ‘brevidade’), *propriedade*

e *elegância* (ou ‘arranjo’)¹². Como lembra Vasconcelos (2000, p. 52, n. 65) sobre o tema, citando Lausberg:

“A virtude é uma propriedade do *artifex*, a qual é comunicada ao *opus*. Assim, a virtude também é uma qualidade do *opus*”, sendo que a “*virtus* de uma *ars* é dividida em diversas virtudes parciais” (...). Os estoicos dividiam em cinco as virtudes do discurso: helenismo, clareza, brevidade, propriedade e arranjo (...).

Coradini (1999, p. 80, n. 111), no entanto, assim se expressa sobre o conceito varroniano de *Latinitas* :

M. Baratin (...) verifica que os gregos, puristas e ciosos de sua língua, não viam com bons olhos os solecismos internos, a ponto de chamar de bárbaros os que não falavam grego. Já os romanos parece não terem sido nem preconceituosos nem fundamentalistas na estima de sua língua, talvez devido à consciência de serem recentes beneficiários de outras culturas e línguas, especialmente a grega. Por exemplo, o conceito de *latinitas* teria surgido não por oposição ao de *hellenismós* mas, sim, por necessidade de criar um paralelismo. A *latinitas* tinha, no meio linguístico culto, uma conotação livre e positiva, como um ideal a ser atingido. Com Varrão, esse conceito passou a incluir critérios normativos: natureza, analogia, uso e autoridade na língua. Já Cícero usara a *latinitas* como parâmetro para comparar o estilo de autores latinos, indigitando os maus latinistas como Pacúvio e Cecílio e apontando para a excelência do latim de César (...).

Ora, Baratin (1989, p. 212 *et sq.*) assim esclarece a discussão, tratando de um ponto que nos interessa em particular:

¹² Conceitos que se encontram em Quintiliano, como se verá adiante. (Cf. Pereira, 2005, p. 68 *et sq.*)

A descrição do que há de sistemático na linguagem conduziu, com efeito, os gramáticos, desde o primeiro século antes de nossa era, a estenderem sua reflexão e a se interrogarem sobre os fundamentos do “sistema”, sobre o que autorizava a dizer (para além de constatações empíricas) que uma forma era correta ou não. Esse é o tema de numerosos estudos “Sobre o que é grego” (*Peri hellenismou*), ou “Sobre o que é latino” (*De latinitate*). Esses estudos diziam respeito aos critérios mesmos da correção (...). No domínio grego, temos, ainda segundo Sexto [Empírico], uma ideia dos critérios que eram utilizados nos textos artigráficos do primeiro século antes de nossa era (...). Sexto cita a analogia e a etimologia, critérios dos quais contesta pessoalmente a validade. Ele considera, com efeito, que o único critério pertinente é o *uso corrente*: quaisquer que sejam as analogias das quais uma forma pode tirar proveito, e qualquer que seja a justificação que ela possa encontrar em sua etimologia, o essencial é saber se ela releva ou não do uso corrente. Existem outras séries de critérios de correção no domínio grego. Assim, nos textos gramaticais onde se expõem as regras da correção ortográfica, encontram-se diversas vezes uma lista de quatro critérios: a analogia, os dados dialetais, a etimologia e a tradição dos autores antigos. Apolônio Díscolo, por sua vez (...), distingue essencialmente três critérios: o uso corrente, o uso dos autores literários e o princípio de racionalidade (*lógos*, que designa aqui a analogia). No que diz respeito ao domínio latino, dispomos igualmente de várias listas diferentes. Segundo Diomedes (...), Varrão retinha quatro critérios: *natura* (os dados brutos da língua), *analogia* (o conjunto das regras que permitem determinar por analogia o que é ou o que deve ser uma forma correta), *consuetudo* (o uso corrente), *auctoritas* (o uso dos autores reconhecidos). Quintiliano (I, 6, 1) cita igualmente quatro critérios: *ratio* (que designa os critérios sistemáticos da correção e se subdivide em dois, a analogia e

A emergência do antigo discurso gramatical...

a etimologia), *vetustas* (a antiguidade), *auctoritas* (o uso dos autores reconhecidos), *consuetudo* (o uso corrente).

Desbordes (1989, p. 171), por sua vez, tratando das relações entre as três principais disciplinas antigas ligadas à palavra, lembra:

Em suma, não se pode senão ficar assombrado com a complexidade da “argumentação” oratória e com tudo que a separa da demonstração científica, malgrado a comunidade de mecanismos de base. De resto, os rétores reconheceram, depois de Aristóteles, a especificidade da argumentação, e admitiram que o mecanismo dos encadeamentos proposicionais era mais propriamente tratado pela dialética. Um pouco mais tarde, perto do fim do século II a.C., também relegaram à gramática em expansão (...) o tratamento de uma das “qualidades” do discurso, reconhecida como *indispensável à persuasão* por Aristóteles e por Teofrasto: a correção. Data daí o reconhecimento de um triplo ponto de vista possível a respeito de todo enunciado: segundo sua conformidade ao verdadeiro e ao válido (dialética), segundo sua conformidade ao efeito que se busca sobre o auditório (retórica), segundo sua conformidade a um enunciado modelo ideal (gramática). Mas, de fato, o que se encontra mais frequentemente nos textos antigos é uma repartição quantitativa, cada disciplina se garantindo a exclusividade sobre determinado fragmento linguístico.

Noutros termos: a correção, que consiste, basicamente, em evitar “solecismos” e “barbarismos” – e este é o papel fundamental do ensino do antigo *grammaticus*, ao lado da explicação dos textos poéticos –, é uma das qualidades do discurso que produz convencimento, daí que se deva zelar por ela. Antes, entretanto, de condenar os antigos por sua posição “prescritivista” ou “equivocada”, por emitirem julgamentos a respeito da linguagem que

partem de uma consideração da língua escrita, é preciso lembrar, ainda uma vez, o impacto que o surgimento e o desenvolvimento da escrita (cf. p.ex. Lyons, 1979) – sobretudo, para o que nos interessa, alfabética – produziu sobre a Antiguidade, assim romana como grega, de onde aqueles a herdaram, através dos etruscos – graças, evidentemente, aos fenícios etc.

Em seu ensaio sobre o desenvolvimento dos estudos “linguísticos” desde a Antiguidade até nossos dias, passando pelo longo período daquele que, ainda na contemporaneidade, é tido por muitos, certos ou não, como a “Idade das Trevas”, Robins (1983, p. 17) assinala:

A gramática normativa ou prescritiva, que depende de um trabalho descritivo, deve decidir o que é aceitável numa dada língua para um dado propósito e ensiná-lo aos outros como correto. Esses dois tipos de estudo gramatical devem ser mantidos em separado, ou problemas e métodos próprios de um apenas de modo enganoso serão introduzidos no outro.

E lembra, ainda, em outro passo da obra citada (1983, p. 45):

Na base de tais descrições da estrutura gramatical de uma língua (ou de um seu estilo particular), podem ser escritas gramáticas normativas com um propósito particular, ensinando uma certa língua a um certo grupo de pessoas. A confusão desses dois aspectos da gramática é comum no método gramatical dos gregos e, por extensão, também dos estudiosos romanos.

Embora seja em grande parte graças a trabalhos como os de Robins sobre a história da Linguística que, por um bom tempo, ficamos conhecendo muito do que se pensou em épocas passadas e remotas sobre a linguagem e sobre as línguas, e embora se note nos trechos que acabamos de citar a consideração de que haveria lugar para uma gramática normativa ainda

hoje – coisa que, acreditamos, poucos linguistas se atreverão a admitir tão claramente, ainda que também estes produzam gramáticas –, seu julgamento sobre os antigos carece, aí, de legitimação: o propósito dos antigos não deve ter sido, de início, como se faz hoje mais tradicionalmente, ensinar gramática. Como pretendemos mostrar, textos como aquele que tomamos como objeto de análise parecem apontar para outro fato: tematiza-se a gramática na Antiguidade greco-romana porque se trata, aí, de uma disciplina formativa que, situada antes do ensino a ser ministrado pelo antigo *rhetor*, o mestre de eloquência, iniciava o futuro orador naquilo que se chamou *enkúklios paidéia*, o conjunto dos saberes antigos sobre a linguagem e sobre o mundo do qual ela tratava, e que nos deu, lembremos, alguns termos altamente significativos: *enciclopédia*, *enciclopédico*, *enciclopedismo*. A gramática servia, lembramos, também à intelecção dos textos!

Não há, na Antiguidade greco-romana, uma oposição entre *gramáticos* e *linguistas* como hoje, a qual justificaria considerações como a de Robins e outros autores. Os gramáticos, *custodes Latini sermonis* (“guardiões da língua latina”, cf. Kaster, 1988), na avaliação de Sêneca (*ep.* 3.95.65, cf. Robins, 1983, p. 44, n. 1), juntamente com os antigos *rhetores* e *philosophi* (*sc. dialectici*), tematizavam a linguagem e as línguas antigas, e só puderam fazê-lo como fizeram porque a forma de conhecimento da linguagem e das línguas aí envolvidas então disponível era a que lhes vinha, justamente, via *grammatica*, *rhetorica*¹³, *dialectica*.

Qual era, em suma, o fundamento do ensino ministrado pelo *rhetor* e pelo *grammaticus* – ou, antes, qual era o pressuposto desse ensino? É Desbordes (1989, p. 181) quem nos lembra como, para os antigos,

¹³ Ou, como prefere Quintiliano, *grammaticae* e *rhetorice*.

(...) a palavra é uma forma privilegiada de ação. (...) a palavra sublime é a encarnação de um pensamento elevado que domina esses dados para dizer o *que é preciso*. Ao mesmo tempo, o domínio da eloquência, e da retórica que dela faz a teoria, engloba toda a linguagem, o que Cícero exprime opondo o *dicere*, o “dizer” controlado, próprio do orador, e o *loqui*, o “falar” comum.

Ora, os desdobramentos desse tipo de ensino são tematizados justamente no texto que nos interessa aqui em particular: a *Institutio oratoria* de Quintiliano, onde há, entre outras, muitas informações sobre a antiga *ars grammatica*, especial mas não exclusivamente nos “capítulos gramaticais” de seu primeiro livro.

EM RESUMO...

Sobretudo três disciplinas importantes se ocuparam do que chamamos linguagem na Antiguidade e elas respondem pelos nomes de *gramática*, *retórica* e *dialética* (ou *lógica*). Nascida da confluência das duas últimas, a gramática aparece, inicialmente, como demonstra seu próprio nome, ligada a uma consideração da escrita, passando depois a ser identificada mais e mais com o ensino de uma certa forma da língua grega, mas também à explicação dos antigos textos nela produzidos, os quais, por obra da situação helenística, resultado da expansão do império de Alexandre (ca. séc. III a.C.), momento de confronto de línguas e culturas, iriam servir a atestar diferenças entre formas já então presentes e passadas do grego. Pouco a pouco, a disciplina vai constituindo um território autônomo, frequentado por uma extensa galeria de autores dos mais diversos lugares e com diferentes interesses, até se tornar, séculos depois, a base do que dela conhecemos hoje.

Os filósofos estoicos, que costumam ser apontados como aqueles que teriam ajudado a dialética a “transmudar-se” no cabedal tradicionalmente associado aos cultores da disciplina gramatical, estiveram primeiro interessados em investigar as propriedades da linguagem (ou, se se preferir, da língua grega e depois latina), tendo em vista o exame das relações entre o nome e seu referente e, com isso, uma correspondência mais fidedigna entre o que se diz e aquilo que é dito através da língua ou linguagem. Nisso, tiveram por opositores também os sofistas, que visavam, sumariamente, a uma eficiência argumentativa da linguagem e ensinavam a persuadir por meio da palavra, fosse ela suficientemente representativa da realidade ou não – e essa é a imagem ainda hoje mais associada, verdade ou não, à disciplina por eles também ensinada, a retórica.

Fundada, pois, a dialética estoica nos termos de uma disciplina voltada para a investigação das potencialidades da linguagem que visava, em última instância, a uma espécie de “correção do juízo”, mediante o estudo dos dois termos que nele entram – *sujeito* e *predicado* –, está aberto o caminho à gramática como a conhecemos. De fato, o estudo da predicação ou, noutros termos, da relação entre o sujeito e aquilo que dele se afirma, ao “criar” justamente aquelas duas categorias, leva os filósofos à sucessiva “descoberta” dos diversos tipos de palavras encontráveis na língua. Daí à constituição de uma “ciência” que, pouco a pouco, se ocupa cada vez mais do que chamaríamos de código ou significante, em detrimento – ainda que não totalmente – do significado ou conteúdo da linguagem, é uma questão de tempo, desde que a escrita abriu para o homem grego a possibilidade de refletir sobre sua língua e produzir a metalinguagem que, através dos romanos, legou à posteridade.

A preocupação com a palavra, no entanto, não coube apenas a essas duas disciplinas: a gramática, que tratará quase que exclusivamente daquilo que diríamos formalizável numa língua, o significante, e a dialética, ocupada desde então e cada vez mais com relações de predicação, com o juízo e com o sentido dos enunciados (*i.e.* a semântica). A retórica, tradicionalmente associada ao estudo das mais variadas maneiras de produzir convencimento sobre o que se diz nos diferentes discursos que para diferentes interlocutores se produz, está igualmente presente como um outro viés do olhar antigo sobre a linguagem, e introduz, no processo de transformação da gramática (*i.e. grammatistiké*, no caso), disciplina antes ensinada pelo mestre-escola que unicamente visava tornar o homem grego e depois romano capaz de utilizar a escrita, um elemento a mais, de ordem que diríamos ao mesmo tempo ética e estética¹⁴: tratava-se, depois, de produzir um efeito sobre o interlocutor não apenas mostrando-lhe verdades que decorrem da justa aplicação da razão ou do que parece mais razoável, mas mobilizando nesse interlocutor sensações e impressões “menos sujeitas” àquela mesma razão.

Nascida a gramática mediante o concurso dessas duas disciplinas, não é de estranhar que ela ainda hoje apresente, nos costumeiros compêndios que desde então ensinam os homens a lidar com a linguagem – ou, melhor, com a língua que utilizam com os mais diferentes propósitos –, considerações que dizem respeito tanto ao raciocínio quanto, falando genericamente, à sensibilidade, terreno que tradicionalmente aprendemos menos afeito à razão. Tornada possível apenas após o surgimento da escrita, é justamente sobre a escrita que essa gramática, em primeiro lugar, irá velar: trata-se de proteger

¹⁴ Que a poética também tenha, obviamente, tematizado a linguagem, é coisa que se pode observar facilmente no mais conhecido dos tratados que a Antiguidade nos legou sobre a disciplina: veja-se a *Poética* de Aristóteles, por exemplo. (Cf. Aristóteles, 1981, partes XX-XXII, p. 42 *et sq.*)

aquilo mesmo que lhe possibilitou fazer parte do mundo dos homens, os textos escritos, monumentos da cultura sobre os quais lançará sua atenção tanto o homem grego quanto, posteriormente, o romano, supostamente apenas herdeiro daquele – mas também toda a posteridade, sobretudo graças ao trabalho dos diversos estudiosos que tiveram o latim como língua materna ou de cultura.

O cotejo dos livros I e VIII da *Institutio oratoria* mostra claramente como estão, gramática e retórica, amalgamadas, digamos, na melhor formação que, no caso, o mundo antigo podia oferecer ao orador – para alguns, antípoda do filósofo (aos quais o autor responde em seu primeiro Proêmio) –, com desdobramentos que chegam, mediante o concurso de uma longuíssima galeria de autores deste ou daquele viés, até a contemporaneidade, de modo mais ou menos polêmico ou (in)feliz. De qualquer modo, a gramática de que trata Quintiliano, em sua peculiar abordagem dessa antiga forma de saber, adquire aí sentido, justamente, como primeira – mas indispensável – etapa na formação do antigo orador, finalidade precípua da *Institutio*, como diz o próprio título, e o próprio autor, já na introdução da obra. A gramática é nela apresentada, então, como uma arte/ciência (*ars/scientia recte loquendi*), mas também como uma disciplina de natureza sobretudo pedagógica, visando aos fins desde sempre informados pelo autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Política*. Trad. António C. Amaral & Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998.
- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Intr. Roberto de O. Brandão; trad. Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix/USP, 1981.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.
- AUROUX, S. *A filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: UNICAMP, 1998.
- BARATIN, M. “La constitution de la grammaire et de la dialectique”. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.
- BARATIN, M. “La maturation des analyses grammaticale et dialectique”. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.
- BARATIN, M. “Les difficultés de l’analyse syntaxique”. In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.
- BARATIN, M.; F. DESBORDES. *L’analyse linguistique dans l’antiquité classique: I. les théories*. Paris: Klincksieck, 1981.
- BENEDICTO, M. A. B. De Latinis sermonibus: *a diversidade linguística segundo Quintiliano*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2013.
- CARCOPINO, J. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASEVITZ, M.; F. CHARPIN. “L’héritage gréco-latin”. In: É. Bédard & J. Maurais (org.) *La norme linguistique*. Québec: Conseil de la Langue Française, 1983.
- CHIAPPETTA, A. Ad animos faciendos: *comoção, fé e ficção nas Partitiones e no De officiis de Cícero*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
- COLSON, F. H. “The grammatical chapters in Quintilian: 1, 4-8”. *Classical Quarterly*, v. 10, 1914.

- COLSON, F. H. (ed.) *M. Fabii Quintiliani Institutionis oratoriae liber I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1924.
- CORADINI, H. *Metalinguagem na obra De lingua Latina de Marcos Terêncio Varrão*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1999.
- DESBORDES, F. "La naissance de la réflexion linguistique occidentale". In: S. Auroux (ed.) *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.
- DESBORDES, F. "La rhétorique". In: S. Auroux (ed.), *Histoire des idées linguistiques: la naissance des métalangages en orient et en occident*. Liège: Mardaga, 1989, v. 1.
- KAster, R. A. *Guardians of language: the grammarian and society in late antiquity (transformation of the classical heritage)*. University of California Press, 1988.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Trad. Rosa V. M. Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional/USP, 1979.
- MATES, B. *Lógica de los estoicos*. Trad. Miguel García Baró. Madri: Tecnos, 1985.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: 1987.
- ONG, W. J. *Oralidade e cultura escrita*. Trad. Eni A. Dobránszky. Campinas: Papirus, 1998.
- PEREIRA, M. A. *O discurso gramatical antigo, seu reflexo em Quintiliano e sua repercussão: algumas questões*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2002.
- PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio oratoria*. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.
- RAWSON, E. *Intellectual life in the late roman republic*. Londres: Duckworth, 1985.
- ROBINS, R. H. *Ancient and mediaeval grammatical theory in Europe, with particular reference to modern linguistic doctrine*. Londres: Bell & Sons, 1951.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Trad. Luiz M. M. Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

SCHÜLER, D. *Heráclito e seu (dis)curso*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

VASCONCELOS, B. A. *Ciência do dizer bem: a concepção de retórica de Quintiliano em Institutio oratoria II, 11-21*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.